

MP para setor elétrico e Fies já tranca a pauta do Plenário

Projeto já aprovado na Câmara amplia financiamentos do BNDES no setor energético e cria fundo garantidor no Fies

O projeto de lei de conversão (medida provisória modificada na Câmara) que praticamente triplica a capacidade de investimento do BNDES no setor elétrico tranca a pauta do Senado, a partir da sessão deliberativa de amanhã, e precisa ser votado até o dia 15. A MP traz várias outras medidas propostas pelo governo federal, entre elas a criação de um fundo para ajudar estudantes que fiquem sem condições de pagar os empréstimos do Fies. **3**



José Luis/Eletrôbras Furnas

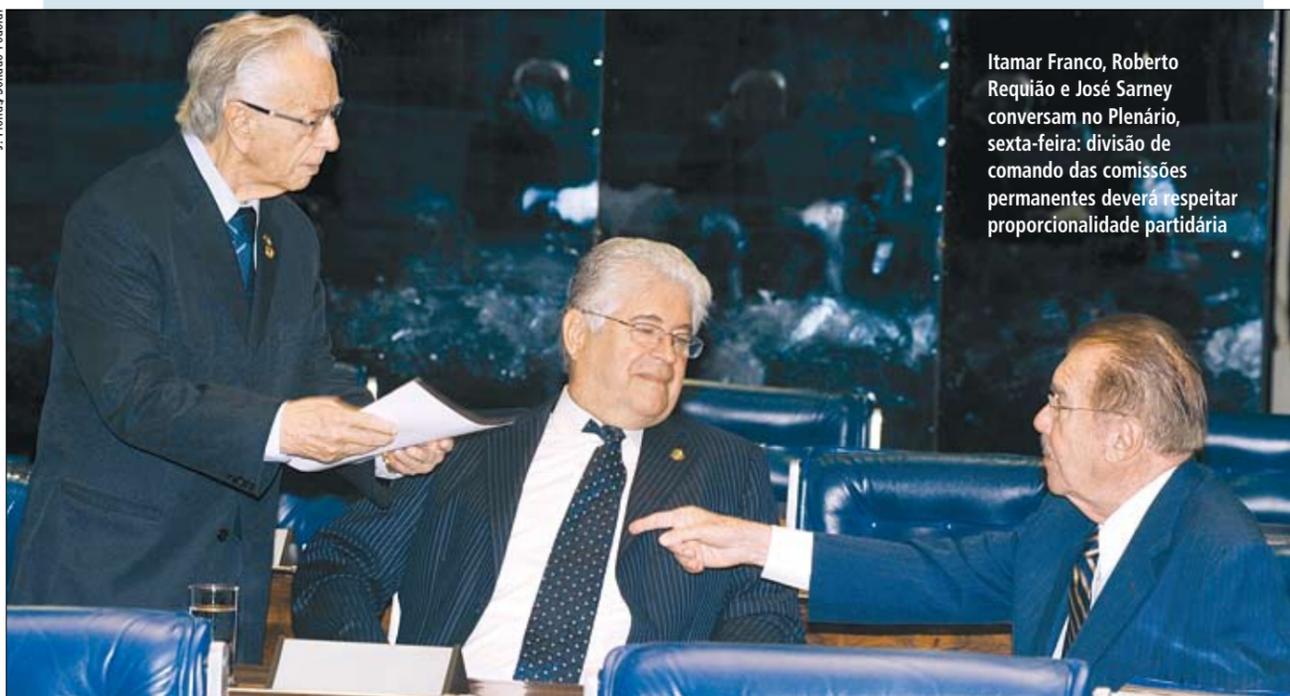
Obras da hidrelétrica de Serra do Facão (GO), de Furnas: limite de financiamentos é ampliado pela MP para R\$ 134 bilhões, contra os R\$ 44 bilhões atuais

Vital do Rêgo confia em mais investimentos **3**

Requião pede reforma econômica imediata **4**

Aloysio vê contradições na gestão Dilma **4**

J. Freitas/Senado Federal



Itamar Franco, Roberto Requião e José Sarney conversam no Plenário, sexta-feira: divisão de comando das comissões permanentes deverá respeitar proporcionalidade partidária

Mozarildo cobra ação do governo na área da saúde **4**

Cristovam quer boa notícia para a área da educação **4**

Mário Couto acusa ex-governadora do Pará de corrupção **3**

Definição sobre comissões deve levar 2 ou 3 semanas

Mesmo tendo pedido aos líderes rapidez na indicação dos membros das comissões, José Sarney prevê que só deve haver acordo quanto à

distribuição das presidências dos colegiados "em duas ou três semanas", como em legislaturas anteriores. O principal impasse está na disputa

pela presidência da Comissão de Infraestrutura. O exame da indicação de Luiz Fux para o STF também não deve ocorrer nesta semana. **2**

Gilvam Borges comemora os 253 anos de Macapá **3**

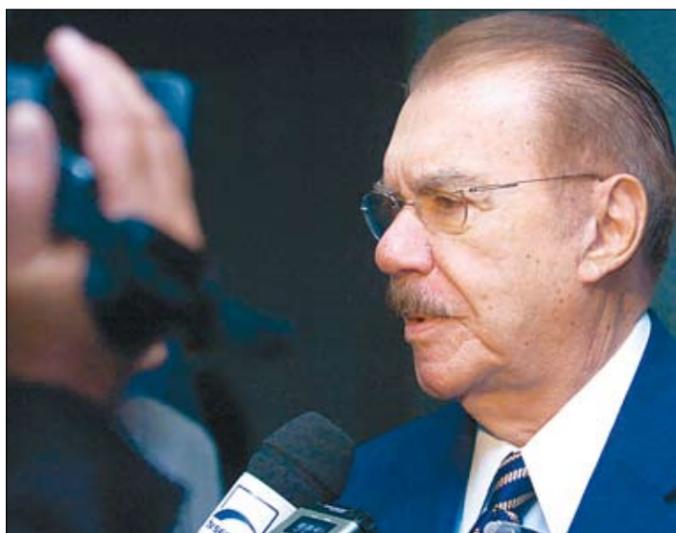
A previsão é do presidente do Senado, José Sarney. Em outras legislaturas, o processo de escolha dos presidentes e vice-presidentes exigiu de duas a três semanas, lembrou

Definição sobre comissões deve levar mais 15 dias

APESAR DE PEDIR rapidez aos líderes de partidos na indicação dos membros das comissões temáticas, o presidente do Senado, José Sarney, prevê que só deve haver acordo quanto à distribuição das presidências dos colegiados "em duas ou três semanas".

– Acredito que até a próxima semana não teremos as comissões formadas e com suas respectivas mesas instituídas. A exemplo de outras legislaturas, esse processo se faz em duas ou três semanas. Acredito que nós vamos seguir esse mesmo tempo, apesar de os líderes terem recebido apelos de nossa parte para que apreciassem esse processo com brevidade – disse José Sarney.

O principal impasse está na disputa pela presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). PSDB e PT já manifestaram interesse pelo cargo. Questionado a respeito da indefinição, Sarney destacou que as indicações para as comissões, assim como para a Mesa do Senado, devem seguir o princípio da proporcionalidade partidária (em que a prioridade na escolha de cargos é definida



Presidente do Senado diz que proporcionalidade orienta distribuição de cargos pelo tamanho da bancada).

Como a composição das comissões ainda está indefinida, provavelmente o exame da indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux para o Supremo Tribunal Federal (STF) não será nesta semana.

José Sarney também anunciou a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para mudar a data da posse de governadores e do presidente da República. Ele sugere que o presidente tome posse no dia 10

de janeiro e os governadores, no dia 5, em vez de 1º de janeiro como hoje.

– Temos a experiência de que esta data [1º de janeiro] é inconveniente, interfere na vida do cidadão. Também prejudica o Brasil porque os representantes de outros países não podem vir.

Proposta com teor semelhante, do então senador Marco Maciel (PEC 51/06), chegou a ser aprovada pela CCJ, mas foi arquivada no final de 2010 por ser de legislatura anterior.

Sustentabilidade pode ser critério nas licitações

As compras e os serviços contratados pelo governo também deverão se submeter a critérios de sustentabilidade ambiental. Esse conceito pode ser introduzido na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Um projeto de lei (PLS 5/11) do senador Magno Malta (PR-ES) aguarda a indicação de relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O primeiro acréscimo sugerido prioriza os requisitos de sustentabilidade ambiental na escolha da proposta considerada mais vantajosa para a administração pública. Em seguida, inclui-se como critério de desempate produtos produzidos ou serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia



Magno Malta: critérios incentivam as empresas que respeitam o ambiente

no país e em projetos e programas de proteção ao meio ambiente.

Por fim, o projeto recomenda que as compras públicas levem em conta, sempre que possível, a compatibilidade do bem a ser adquirido com as exigências relativas à conservação do meio ambiente. Depois de passar pela CMA, a proposta seguirá para votação, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Primeiros projetos desta sessão legislativa são de Flexa Ribeiro

Os dois primeiros projetos apresentados no Senado nesta sessão legislativa são de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Um deles (PLS 1/11) altera a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. O outro, PLS 2/11, institui o açaí como fruta nacional.

O PLS 1/11 foi encaminhado para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), de onde segue para a de Assuntos Econômicos (CAE). Flexa Ribeiro diz que as deduções permitidas pela legislação em vigor, "especialmente quanto a despesas com transporte e seguro, geram brechas na sua execução e conflitos de interpretação das normas". O projeto visa acabar com eventuais divergências e, com isso, diminuir a judicialização do processo de pagamento dessa



Flexa Ribeiro apresentou propostas sobre recursos minerais e açaí

compensação e a sonegação.

Já com a proposta sobre o açaí, Flexa Ribeiro quer destacar a necessidade de o Brasil proteger as riquezas da Amazônia e evitar o registro de patentes no exterior com o nome de frutas da região. A Comissão de Educação (CE) examinará o projeto terminativamente.

Comerciários pedem por regulamentação

O primeiro-secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), José Augusto da Silva Filho, disse que o presidente do Senado, José Sarney, decidiu desarquivar projeto (PLS 115/07) de Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a profissão de comerciário. O dirigente assinalou que essa é a principal demanda dos 10 milhões de trabalhadores brasileiros do setor.

– Ele se sensibilizou com nossa reivindicação e solicitou de imediato que o gabinete providenciasse o desarquivamento do projeto de lei, para tramitar na Comissão de Assuntos Sociais – afirmou Silva Filho.

Além da CNTC, a proposta tem o apoio de 30 federações estaduais e 835 sindicatos. Segundo o dirigente, a regulamentação da profissão trará "uma evolução extraordinária" nas garantias de direitos da categoria que, conforme frisou, são hoje precários.

Aloysio quer diligência na Secretaria do Tesouro Nacional

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) encaminhou à Mesa do Senado solicitação de diligência na Secretaria do Tesouro Nacional, em razão de o órgão ainda não ter divulgado o relatório sobre o terceiro quadrimestre de 2010, que deveria ter sido apresentado até 31 de janeiro. A publicação do relatório é importante, segundo ele, para que se fiscalize o cumprimento da execução do Orçamento da União, além de constar entre os requisitos de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador observou que os prefeitos e governadores enfrentam dificuldades para obter recursos devido às exigências da LRF. Entre essas, a mais importante para que os convênios tramitem com sucesso, como observou Aloysio Nunes, é o relatório da gestão fiscal, que deve ser apresentado pelos ocupantes do Executivo no âmbito estadual e municipal para demonstrar, a cada quatro meses, o cumprimento de limites previstos na legislação, como dívidas e gastos com pessoal. O documento também deve trazer um resumo da execução orçamentária.

– Essa é uma exigência da lei e a Secretaria do Tesouro Nacional é absolutamente draconiana quando exige seu cumprimento pelas prefeituras e pelos estados. No entanto, ela não cumpriu o prazo de divulgação do relatório.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa hoje

14h O Plenário se reúne para sessão não deliberativa. Sem votações, é destinada a pronunciamentos de senadores. Estão inscritos Roberto Requião (PMDB-PR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-PR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

SESSÃO ON-LINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mário Couto

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Mário Couto denuncia corrupção no Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse na sexta-feira que o estado do Pará tem "corrupção generalizada" e que o tucano Simão Jatene encontrou o governo falido, devido à má administração da ex-governadora Ana Júlia Carepa (PT).

– A corrupção no estado do Pará se generalizou. Todas as secretarias que são recebidas pelo novo governo se encontram numa situação deplorável. O estado do Pará foi assaltado. O estado do Pará foi massacrado. O estado do Pará foi arrasado por uma governadora incompetente – denunciou.

Mário Couto afirmou que numa espécie de "premiação pela corrupção", e apesar dos indícios de irregularidades, Ana Júlia é cotada para cargos federais no estado.



J. Freitasy/Senado Federal

Senador diz que governador Simão Jatene encontrou estado falido

Gilvam Borges saúda os 253 anos de Macapá

A capital do Amapá, que completou 253 anos na sexta-feira passada, foi homenageada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele lembrou a luta dos pioneiros e a perseverança de seus descendentes, saudando ainda os brasileiros de diferentes estados que vivem na cidade e contribuem para o desenvolvimento da região.

– Dois séculos e meio se passaram desde aquele ano de 1758, quando foi fundada a capital do Amapá, a única cidade brasileira localizada à margem esquerda do rio Amazonas e sobre a linha do Equador – disse.

Gilvam destacou a vocação de Macapá para o comércio e o turismo, citando atrações como o Parque do Meio do Mundo, onde fica o marco zero do Equador.



J. Freitasy/Senado Federal

Senador aponta vocação da capital do Amapá para o turismo

Medida provisória editada no ano passado pelo presidente Lula também trata de outros assuntos, entre os quais a efetivação de um fundo destinado a ajudar estudantes sem condição de pagar os empréstimos tomados ao Fies

MP que eleva financiamento do setor elétrico tranca a pauta do Senado

Seis temas em um único PLV

-  Aumenta em **R\$ 90 bilhões** (de R\$ 44 bilhões para R\$ 134 bilhões) o limite de financiamento que o BNDES pode conceder ao setor elétrico.
-  Permite o financiamento da **produção** de bens de consumo para exportação e o setor de energia elétrica.
-  Permite o financiamento da **aquisição** de bens associados aos empreendimentos de geração renovável ou transmissão de energia elétrica por sociedades empresariais.
-  Cria o **Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo**, que garante o pagamento de empréstimos no caso de inadimplência dos alunos vinculados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies).
-  Altera a **Lei do Audiovisual** (Lei 8.685/93) – prorroga de 2010 para até 2016 o desconto que as pessoas físicas podem fazer no Imposto de Renda referente a investimento em obras cinematográficas.
-  Libera R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios para compensar a isenção do ICMS para produtos exportados, conforme prevê a **Lei Kandir** (Lei Complementar 87/96).
-  Altera a lei que trata da criação da **Eletrobras**, retirando a necessidade de aprovação da reforma dos estatutos da empresa pelo presidente da República.

Foto: Eita Fiuza/ABR



A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 501/10, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/10, aumentou em R\$ 90 bilhões o limite de financiamento que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode conceder ao setor elétrico com taxas subsidiadas pelo governo federal.

A MP tranca a pauta do Plenário e tem prazo para ser votada até o próximo dia 15 (já que a partir do dia 16 perderá a validade). A matéria é a primeira a ser analisada neste ano pelo Senado, na sessão plenária deliberativa de amanhã, às 14h.

A MP trata também de diversos outros assuntos, como a criação de um fundo para garantir o pagamento de empréstimos no caso de inadimplência dos alunos vinculados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies), destinado a ajudar estudantes sem condição de arcar com custos da graduação.

Para o governo, isso facilitará o acesso de estudantes de menor renda aos cursos de nível superior, potencializando os efeitos da política de inserção social na educação e o desenvolvimento de mão de obra qualificada.

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), previsto na MP, já foi criado por decreto do Executivo e garantirá 80% do empréstimo para o Fies. Podem recorrer a esse financiamento os estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (R\$ 810, em valores atuais) e também os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Prazo prorrogado

Quanto à subvenção econômica ao BNDES, a MP alterou a Lei 12.096/09, que trata desse assunto, para estender o prazo das operações de financiamento do banco até 31 de março de 2011. A lei atual fixou esse prazo em 31 de março de 2009, prorrogado, posteriormente, para 29 de junho de 2010 pelo Decreto 7.031/09.

A MP incluiu no rol de operações de financiamento a

produção de bens de consumo para exportação e o setor de energia elétrica. Também foi contemplada pela medida a aquisição de bens associados aos empreendimentos de geração renovável ou transmissão de energia elétrica por sociedades empresariais.

O limite de financiamentos subvencionados pela União foi acrescido em R\$ 90 bilhões, além dos atuais R\$ 44 bilhões previstos na Lei 12.096/09.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, que assina a exposição de motivos, disse que houve necessidade de reforço do limite de financiamentos subvencionados pela União. Esses financiamentos, acrescentou, são necessários para atender não só a aquisição e a produção de bens de capital, mas também a produção de bens de consumo para a exportação, a inovação tecnológica e o setor elétrico.

Segundo Mantega, a média diária de todas as modalidades operacionais do BNDES saltou de R\$ 325 milhões em novembro de 2009 para R\$ 730 milhões em dezembro do mesmo ano, demonstrando que o limite estabelecido pela Lei 12.096/09 é insuficiente para atender às necessidades do setor.

Outros temas

Uma das mudanças aprovadas pela Câmara no PLV, com relação à proposta do Executivo, é a prorrogação até 2016 da dedução, no Imposto de Renda das pessoas físicas, de investimentos em obras cinematográficas, alterando a chamada Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93).

Outro item de que trata a MP é a liberação de R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios para compensar a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para produtos exportados, conforme está previsto na Lei Kandir (Lei Complementar 87/96).

Como já ocorreu nos anos de 2004 e 2009, o dinheiro será utilizado para compensar parcelas de dívidas de estados e municípios com a União já vencidas ou, mediante acordo, das que ainda estão por vencer.

Vital do Rêgo descarta crise na área energética

Apesar de o Brasil ainda ser deficiente em infraestrutura energética, o país vai investir no setor e adquirir as condições para se tornar uma nação desenvolvida. A avaliação é do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao comentar as prioridades da presidente Dilma Rousseff, anunciadas em sua mensagem ao Congresso Nacional.

O senador disse estar otimista com a disposição da presidente para enfrentar as demandas energéticas e criticou comentários de que eventos pontuais possam caracterizar uma crise

energética, como aconteceu no final da década de 1990 e início da de 2000.

Ele se referiu ao apagão ocorrido na noite de quinta para sexta-feira, que deixou sem energia oito estados da região Nordeste – Bahia, Ceará, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Piauí. O problema foi causado por falha na subestação Luiz Gonzaga, de Jatobá (PE), explicou o senador.

Vital do Rêgo observou que, segundo informações do diretor de Operação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf),

Mozart Bandeira Arnaud, a falha disparou um comando falso que ordenou o imediato desligamento de linhas de transmissão nos diversos estados que compõem o mesmo caminho crítico.

– Não posso aceitar pacificamente as profecias de cassandras mal intencionadas que se servem de qualquer acidente de percurso para pregar o caos. Não se pode permitir que se compare esse lamentável episódio ao apagão sistêmico ocorrido no final dos anos 90 e início desta década, como pretendem alguns – enfatizou Vital do Rêgo.



J. Freitasy/Senado Federal

Vital confia na decisão da presidente Dilma de investir mais no setor

Mozarildo cobra medidas na área da saúde

A situação da saúde no Brasil, considerada "precária" pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), exige medidas do novo governo, como a regulamentação da Emenda Constitucional 29 e um melhor controle das empresas de planos de saúde. Além disso, ele também reiterou que é preciso mais rigor no uso dos recursos aplicados na área, para que se evitem desvios e fraudes.

O senador citou notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de que auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde, teriam constatado desvios que podem ultrapassar R\$ 500 milhões.

– Se a presidente Dilma quer mudar a saúde, ela precisa, primeiro, demonstrar rigor no uso do dinheiro do contribuinte – declarou.

Quanto ao financiamento do sistema público de saúde, Mozarildo lembrou que a regulamentação da Emenda 29 "é aguardada há mais de 10 anos". Essa emenda determina percentuais mínimos que os três níveis de governo devem aplicar na área, garantindo, em tese, um

fluxo de recursos estável. Ele ressaltou que a regulamentação já foi aprovada no Senado, mas falta ainda a aprovação da Câmara.

Além disso, o senador também defendeu a ampliação do atendimento básico e de prevenção, "que sempre é mais barato do que o tratamento posterior, com a doença já instalada", e o incentivo a políticas de longo prazo na gestão do setor, "substituindo a administração meramente contingencial da saúde, típica do jeitinho brasileiro", por planejamento.

Mozarildo pediu mais (e melhores) investimentos em educação; a formação de recursos humanos, com a interiorização desses profissionais, com o cuidado não apenas de garantir remuneração adequada, mas de oferecer condições de trabalho as mais próximas possíveis das encontradas nos centros urbanos maiores; e a ampliação do financiamento da pesquisa básica e do desenvolvimento de tecnologias voltadas para a saúde.

O senador ressaltou que é preciso regular melhor a ação dos planos de saúde, "para que haja equilíbrio entre o ganho das empresas e o cumprimento da função complementar". Ele avalia que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) "ainda não encontrou mecanismos eficazes que impeçam práticas de empresas operadoras de planos de saúde que resultem em prejuízo para os usuários e para os próprios médicos".

– Existe uma reclamação dos médicos com relação aos planos de saúde, denunciando a baixa remuneração praticada no setor, que avilta o profissional e força a sobrecarga de trabalho – alertou Mozarildo.



Senador sugere rigor no controle dos recursos

Cristovam quer boa notícia para educação

Ao lamentar a ausência de boas notícias na área da educação, Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou na sexta-feira o receio de precisar dedicar seu novo mandato ao mesmo tema que abraçou como principal bandeira nos últimos oito anos.

Segundo o senador, o fato negativo mais recente foi registrado semana passada, quando saiu a notícia de que, nos últimos quatro anos, caiu pela metade o número de jovens matriculados nas carreiras do magistério.

– Enquanto isso for um problema, eu vou me concentrar na tentativa de despertar este país, nossos dirigentes, nossa população, nossos eleitores, para o fato de que não há a menor possibilidade de um bom futuro se nós não fizermos uma revolução na educação.

Ele lembrou que, sobretudo depois de 2008, o país deixou de ouvir falar em crise e desemprego e agora a economia está com um crescimento de 10% ao ano e com mais de 15 milhões de empregos criados.

Quanto à pobreza, tema que sempre envergonhou o país, assinalou que há também boas notícias sobre o aumento da renda dos mais pobres. Em contraste, destacou, caiu o interesse dos jovens pelo magistério, o que só poderia ser enfrentado, como apontou, com a valorização da profissão, incluindo bons salários e condições de trabalho.

– Essa é a pior de todas as notícias. Que futuro tem um país que diminui o número de seus professores?

O senador reconheceu que até houve avanços na educação, mas limitados ao ensino técnico e superior, sem chegar ao ensino de base. Observou que, no ensino médio, as escolas federais apresentam desempenho acima da média até das escolas da rede privada

do mesmo nível, o que seria o caso dos colégios militares.

A receita de Cristovam para o fortalecimento do ensino de base é no sentido de "federalizar" as ações, numa linha de política que vá além do mero repasse de recursos para as prefeituras.

Numa comparação, ele advertiu que a redução do número de jovens que desejam ser professores "pode ser tão danosa quanto a falta de voluntários para lutar em face de uma guerra". Nessa situação, avaliou, o país ficaria sem futuro na falta de potencial de produção de novas inteligências por meio de bons professores e os "soldados estrangeiros entrariam e tomariam conta de tudo".

– Sabe qual é a cara desses soldados estrangeiros que tomam conta? Os chips que a gente compra porque não sabe fazer; os equipamentos médicos que a gente tem de comprar lá fora, porque não sabe fazer; toda essa parafernalha da sociedade moderna que somos obrigados a usar e que é feita pela inteligência de pessoas lá de fora.

Em aparte, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) elogiou o discurso de Cristovam e afirmou que será seu aliado nas causas da educação.



Cristovam: cai interesse do jovem pelo magistério

Para senador, tema é mais importante para a vida dos brasileiros do que mudanças nas regras eleitorais, como voto distrital e fidelidade partidária



Requião critica a alta taxa de juros e a depreciação do dólar, que prejudicariam a economia do país

Requião pede reforma econômica e fim da autonomia do BC

O SENADOR ROBERTO Requião (PMDB-PR) defendeu, na sexta-feira, a realização de uma reforma econômica, afirmando ser essa a mais importante de todas as que necessitam ser feitas. Para ele, a reforma econômica, que precisaria começar determinando o fim da autonomia do Banco Central, deve ser "profunda, radical e corajosa, a mãe de todas as reformas".

– O resto virá por acréscimo, naturalmente – disse Requião, que já ocupou uma cadeira no Senado de 1995 a 2002.

Ao defender o fim da autonomia do Banco Central, Requião afirmou que a instituição age como um estado dentro do Estado, "subordinando e condicionando as ações do Estado e do setor produtivo aos mandos e desmandos do capital financeiro". Para ele, não se trata de trocar os nomes do comando do BC, mas o princípio, a doutrina.

Sobre a reforma política e eleitoral que foi defendida durante toda a semana pelo presidente do Senado, José Sarney, Requião questionou a importância que teria, para a vida do brasileiro, o voto dis-

trital e as regras de fidelidade partidária, entre outros assuntos similares.

Requião enfatizou que o que verdadeiramente interessa aos brasileiros e também aos estrangeiros são questões que põem em risco o emprego, o salário, o consumo, a produção e a inovação tecnológica, assuntos que envolvem a economia do país.

Ele criticou, em seu pronunciamento, a alta taxa de juros, a depreciação do dólar, as flutuações cambiais que impedem o empresário de planejar seu negócio, a pobreza e a criminalização das lutas e demandas populares.

Para o senador, uma nação se constrói com uma política industrial planejada, controle de câmbio, estatização do crédito, aumentos salariais substantivos, uma política agrícola que beneficie o homem do campo e respeito aos movimentos sociais.

– Uma nação se faz com coragem, determinação, ousadia. Afinal, o que queremos? Uma nação para os nossos ou um mercado para o desfrute dos outros – questionou o senador.

Aloysio aponta contradições de Dilma

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) cobrou da presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, uma diretriz clara e coerente para o país, capaz de mobilizar a opinião pública, os partidos e o Congresso Nacional em torno de um programa de reformas. Em nome da liderança de seu partido, ele apontou várias contradições entre o discurso presidencial, na mensagem ao Congresso, e a prática do governo.

Aloysio Nunes observou que Dilma Rousseff defendeu a melhoria dos gastos públicos, mas manteve o "megalomaniaco" projeto do trem-bala (que deve ligar Campinas ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo) e o "absurdo número" de 37 ministérios herdados de seu antecessor.

O senador disse que o investimento no trem-bala seria mais bem empregado na revitalização das ferrovias e na melhoria dos transportes coletivos das regiões metropolitanas. Os 37 ministérios herdados do governo Lula, segundo Aloysio Nunes, são insuficientes para acomodar "os apetites da base parlamentar mastodôntica" do governo.

Outra contradição, diz o senador, está no "açodamento na construção da usina de Belo Monte", empreendimento que, para ele, não é sustentável em termos ambiental, econômico, fiscal, energético e de engenharia.

Economia

O parlamentar afirmou que a economia brasileira demanda da presidente medidas claras que "contenham o processo inflacionário, estanquem a hemorragia fiscal



Senador adverte que faltam medidas para conter inflação e "hemorragia fiscal"

e protejam a competitividade". Na falta desses sinais, conforme Aloysio Nunes, a inquietação dos agentes econômicos provoca instabilidade, com aumento da inflação e dos juros.

Para ele, se não houver uma ação decisiva do governo, o Brasil continuará sendo "o país dos rentistas" [aqueles que vivem exclusivamente de rendas]. Como exemplo, lembrou que, em 2010, as pessoas que vivem de juros se apropriaram de R\$ 200 bilhões – 15 vezes mais do que é destinado ao Bolsa Família.

O senador acusou Dilma de "chover no molhado" em sua mensagem e nas medidas de governo, como no caso da anunciada política de longo prazo para o salário mínimo, "já prevista na Constituição", e na distribuição gratuita de remédios para diabetes e hipertensão, segundo ele, já prevista na Lei 11.347/06.